

CONTROLADORIA INTERNA

INSTRUÇÃO NORMATIVA № 01/2020

Aprovada em:

Ato de aprovação: Decreto nº.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1° - Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar as Rotinas e Procedimentos para cumprir a observância da **Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras** relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no Município de Ibatiba - ES.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2° - A presente Instrução Normativa abrange todas as Unidades da Estrutura Organizacional, das Administrações Direta e Indireta, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Ibatiba - ES.

CAPÍTULO III DA BASE LEGAL

- **Art. 3°** A presente Instrução Normativa Integra um conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Legislativo Municipal, no sentido de disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sobre o qual dispõem:
 - I. Artigo 5° da Lei n° 8.666/1993;
 - II. Lei nº 10.520/2002;



CONTROLADORIA INTERNA

III. Lei nº 4.320/1964.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

- **Art. 4°** São responsabilidades da Diretoria Administrativa como unidade responsável pela Instrução Normativa:
 - Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e supervisionando sua aplicação;
 - Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores responsáveis pelo processo de pagamento, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;
 - III. Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e prazos e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS

Sessão I - Liquidação

- **Art. 5º -** Respeitada a Ordem de classificação dos créditos, será realizada a Liquidação Contábil da despesa, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.
- Art. 6º A Ordem Cronológica de exigibilidade das Obrigações financeiras **terá inicio** na data do registro contábil da Liquidação da Despesa e será suspensa até que:
 - Efetuada a Entrega por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;
 - II. Sanadas as pendências relativas à execução do contrato;



CONTROLADORIA INTERNA

Art. 7º - O fiscal do contrato adotará as providências necessárias para concluir a

etapa da liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período

estipulado no instrumento contratual, e ao final atestará a despesa na Nota Fiscal ou

documento de cobrança equivalente.

Art. 8º - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser remetida à Diretoria Administrativa no dia

do atesto ou com justificativa, no dia útil imediatamente posterior ao de atesto para a

liquidação contábil da despesa.

Sessão II - Pagamento

Art. 9º - O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a Ordem

Cronológica de exigibilidade, relativas ao:

I. Fornecimento de bens,

II. Locações,

III. Realização de obras, e

IV. Prestação de serviços e se dará:

a) Por data do registro contábil da Liquidação da despesa em sistema

informatizado, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 10 - Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à

finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada

convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra

origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

Art. 11 - A quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos somente ocorrerá quando

presentes Relevantes Razões de Interesse Público e mediante prévia justificativa da

autoridade competente.



CONTROLADORIA INTERNA

§ 1º - Consideram-se Relevantes Razões de Interesse Público as seguintes situações:

- Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II. Pagamento à microempresa, empresa de pequeno porte e demais beneficiários do <u>Decreto nº 8.538</u>, de 6 de outubro de 2015, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III. Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- IV. Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional;
- V. Para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação de pagar;
- VI. Perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento.
- § 2º Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Legislativo deverá disponibilizar diariamente no Portal da Transparência a Ordem Cronológica de Pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual quebra da ordem.

Sessão III – Não se Aplica a Esta Normativa

Art. 12 - Não se sujeitarão ao disposto nesta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE IBATIBA-ES CONTROLADORIA INTERNA

- I. Suprimento de Fundos, assim considerados as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do Artigo 68 da Lei Federal nº
- II. Obrigações Tributárias e Previdenciárias;
- III. Sentenças e decisões Judiciais ou Notificações do Tribunal de Contas;
- IV. Vale Transporte e Vale Alimentação;
- V. Despesas provenientes de créditos adicionais extraordinários;
- VI. Pagamento de Pessoal.

4.320/1964;

CAPÍTULO VI DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **Art. 13** Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Diretoria Administrativa e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle e por meio de métodos de amostragem, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.
- **Art. 14** Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos, bem como manter o processo de melhoria continua.
- **Art. 15** O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e do processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas.
- **Art. 16** A realização de procedimentos de todas as unidades envolvidas, sem a observância das tramitações, registro e controles estabelecidos nesta Instrução Normativa estará sujeita à responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções legais.

WATEA SURE STATE

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE IBATIBA-ES

CONTROLADORIA INTERNA

Art. 17 - Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis e

pela Diretoria Administrativa, bem como nas demais unidades sujeitas à observância

desta Instrução Normativa, deverão obrigatoriamente ser comunicadas à autoridade

competente, bem como à Unidade Central de Controle Interno – UCCI.

Art. 18 - A não observância das condições e procedimentos estabelecidos nesta Instrução

Normativa constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que

procederam indevidamente a imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas

administrativas.

Art. 19 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

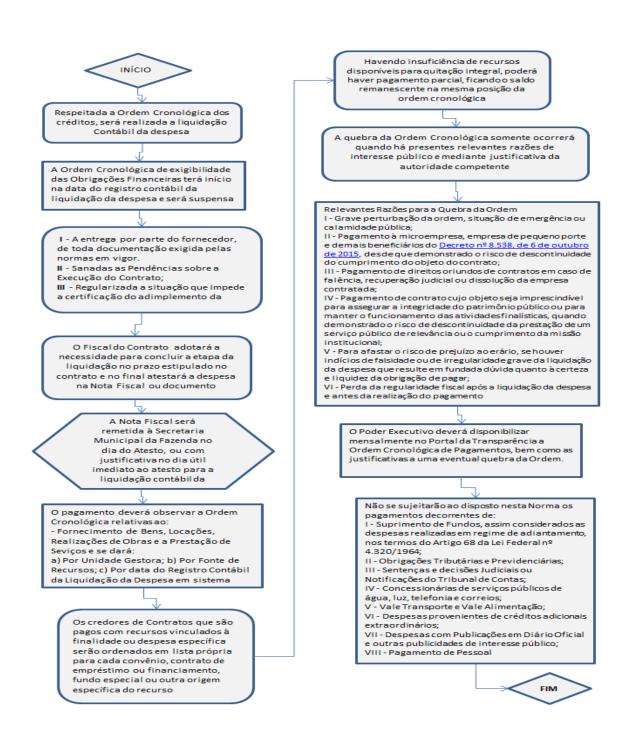
Ibatiba - ES,

Josemilson de Oliveira Ataide **Controlador Interno** Portaria N° 034/2017



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE IBATIBA-ES CONTROLADORIA INTERNA

FLUXOGRAMA – ORDEM CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS





CONTROLADORIA INTERNA